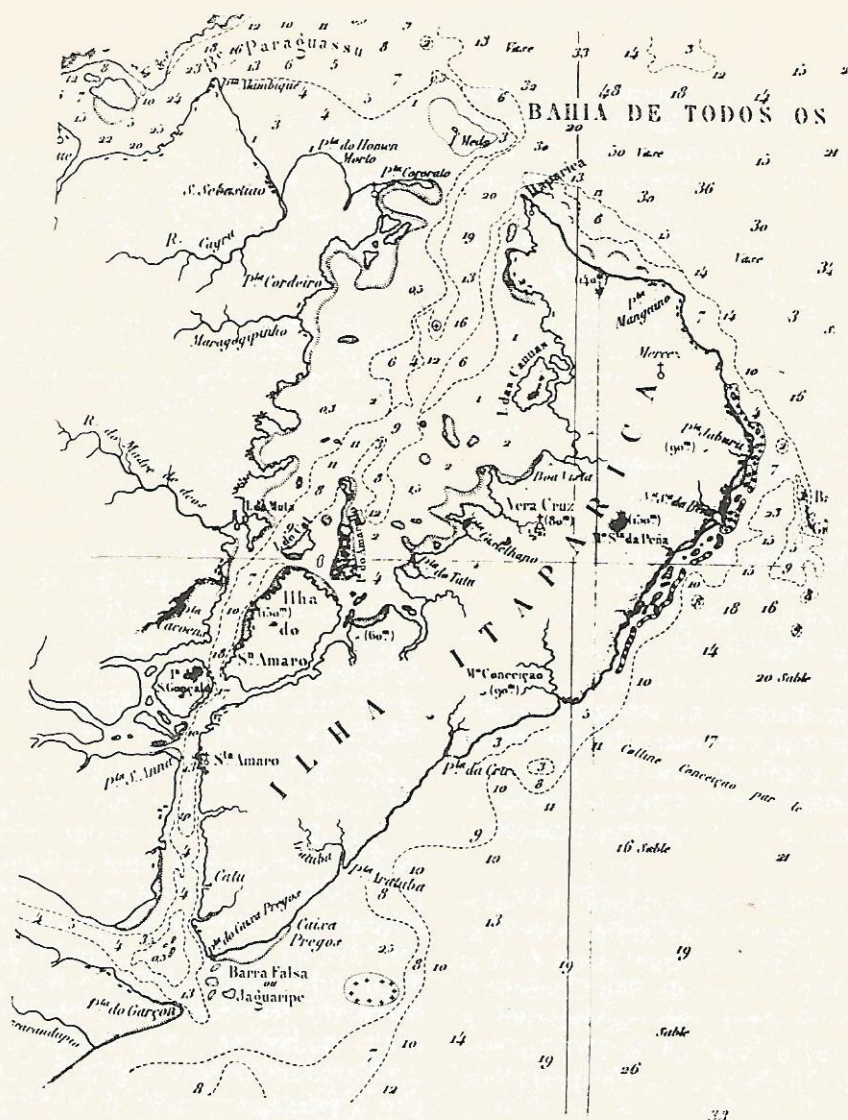




Parte da carta particular de Ernest Mouchez, da costa do Brasil, compreendida entre o Rio Tariri e o Morro de São Paulo. (attérages da Bahia) 1869. Acervo do Serviço de Documentação Geral da Marinha.

ITAPARICA E AS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

PEDRO TOMÁS PEDREIRA
do Instituto Geográfico e
Histórico da Bahia

A Ilha de Itaparica foi o primeiro ponto do Recôncavo baiano a ser hostilizado pelos barcos e escunas de guerra armados pelo General luso Ignácio Madeira de Melo. Nela, eram pontos de defesa os seguintes lugares: Mutá, Encarnação, Cacha-Pregos, São Gonçalo,

Aratuba, Portinho e Barra dos Carvalhos, além da Fortaleza de São Lourenço, que eram fornecidos de *pret e etapes* pela Comissão da Caixa Militar da importante povoação de Nazaré. E, ali, na própria ilha, fundiram-se peças de artilharia, para a campanha.

O primeiro ataque deu-se na madrugada do dia 10 de julho de 1822, estando as forças lusas — 80 soldados da *Legião Lusitana* — sob o comando do Capitão Joaquim José Teixeira, cognominado de *Trinta Diabos*. Foi assaltada a Fortaleza de São Lourenço, que teve a sua artilharia encravada, sendo invadida a própria igreja, dedicada a São Lourenço.

Sobre o assunto escreve o minucioso historiador itaparicano Ubaldo Osório¹, descrevendo o infausto acontecimento:

“Na madrugada de 10 de julho de 1822 viu-se o povoado, de subito, assaltado pelas barcas portuguesas, sob o comando de Joaquim José Teixeira.

Aquadrilhadas, no surgidouro da Ponta, começa o estrugir dos morteiros e bombardetas. Os comitres, da amurada dos brigues, dirigem o desembarque da tropa em pinaças e faluas.

As palhoças e estendaes, levantadas nos cômodos de areia, são destruídos pela maruja que assalta, num ímpeto, a fortaleza de São Lourenço, encrava a artilharia, esbandalha a palamenta, e espanca, e fêre, e mata, a sentinela da velha praça de guerra.

A botica de Baptista Massa é violentamente atacada. As valvas e persianas da casa do boticário são despedaçadas à coice d'armas, enquanto um pelotão de arcabuzeiros invade a igreja de São Lourenço, despe a capa do Senhor dos Martyrios e sae badalando sacrilegamente pelas ruas a campainha dos altares”.

As casas apontadas por João de Campos não escapam á colera dos invasores.

“O archivo do velho Nazareth é, impiedosamente, reduzido a cinzas. Nem o seu oratório, uma reliquia que pertencera aos padres de Vera-Cruz, é respeitado pelos soldados em furia.

Despedaçam-no a golpes de sabre, sem attenderem a supplicas das mu-

lheres, horrorizadas de tamanha profanação.

Os habitantes da Ponta da Baleia, sem forças para resistirem á invasão, internaram se pellas mattas, deixando o povoado entregue á sanha do conquistador.

Baptista Massa, em companhia de Luiz Pedrosa e grande numero de patriotas toma o caminho da Cachoeira, onde, desde o dia 1º, se achava Souza Lima a chamado da Junta Conciliadora. Iam preparar-se para a lucta.”

Pois, na Vila de “Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira”, prepararam se os patriotas itaparicanos, com a ajuda da “Junta Conciliatória e de Defeza”, para retomada da ilha, agora nas mãos dos lusos. E para lá retornaram, dias depois.

Em 29 de julho, tiveram os mesmos patriotas que sustar um novo ataque à ilha, desta vez por maior número de forças portuguesas, comandadas, então pelo Tenente José Maria Mendes Taborda, que, com três barcas canhoneiras, avançara para o estreito do Funil, localizado entre a Ilha de Santana e a barra do Rio Jaguaripe; perto da vila deste nome, na noite de 28 de julho e na manhã do dia seguinte, tenta forçar a passagem, que foi defendida heróicamente pelo Capitão Antônio de Souza Lima, já vindo da Cachoeira, com apenas 12 homens, coadjuvado pelo não menos heróico boticário, João Baptista Massa, e por várias intrépidas itaparicanas.

Tendo sofrido pesadas perdas, o Tenente Taborda recuou, abandonando a luta, retornando à Cidade do Salvador.

* * *

Em 4 de setembro, a *Junta Conciliatória*, de Cachoeira, resolveu determinar a evacuação da ilha, o que deu causa ao bravo Tenente Barros Galvão insurgir-se contra tal ordem, declarando à Junta que não obedeceria a essa resolução, mas lutaria até vencer ou morrer.

Nesse ínterim, os lusos prepararam outra invasão da ilha, e, em 11 de se-

tembro de 1822, Madeira de Melo faz embarcar, em 11 lanchões, uma grande força, que novamente encontrou férrea resistência por parte dos defensores da ilha, comandados por Souza Lima, coadjuvado por Barros Galvão, que impedem o desembarque na povoação da Ponta da Baleia.

Sobre o que foi tal luta, o próprio Capitão Antônio de Souza Lima escreveu, em 13 de setembro de 1822, ao Secretário do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, instalado em Cachoeira, a 6 de setembro, o seguinte ofício:

“Ilmos. e Exmos. Srs. — Os successos desta Itaparica V. Exa. está ao facto pellos officios meos a esse Exmo. Conselho, se bem que eles contem o diminuto do facto, porque como são officios não nos podemos reportar senão a factos veridicos, e nunca valermos de noticias infundadas.

Asseguro a V. Exa. que o inimigo soffreo hum terrivel destroço; e seo orgulho emprestou-lhe coragem: avançaram 11 lanchões carregados de tropas, com terrivel arrojo, os officiaes em pé, na poupa dos lanchões gritavam — avança! — cortando o vento com as espadas douradas; enfim chegaram a abicar, e eu, com 50 homens, bons atiradores, guardados em vala que fazia a praia, fiz-lhes fôgo tão terrivel que viam-secahir aos pares, e alguns cahiam na agua, e elles sem os recolher aos lanchões; continuavamos com hum fôgo tão rápido, sem cessar, até que elles fugiram em tal desordem que não sabiam se remavam ou se se escondiam no fundo das catraias, visto que deixaram remos, croques, que se apanharam em número de 13.”²

Mesmo com tal acontecimento, a Comissão da Caixa Militar da povoação de Nazaré, responsável pela manutenção das defesas da ilha, conseguiu do Conselho Interino de Governo ficasse “velando pela ilha os seus bravos defensores”. É o que, aliás, se depreende do seguinte ofício, enviado pelos membros da mesma Comissão ao

Secretário daquele Conselho, Francisco Gomes Brandão Montezuma (depois Visconde de Jequitinhonha), em 19 de setembro de 1822:

“Ilmo. e Exmo. Sr. — Tendo sido o valente Capitão Antonio de Souza Lima encarregado pelo seo Sargento-Mór Commandante de impedir o transito do inimigo quando pelo centro da ilha de Itaparica tentasse invadir as posições de Cachapregos ou Catú, assignalou para seo abarracamento o lugar do Jaburú, e com effeito dalli tem sempre voado em soccorro de todos os pontos que têm sido atacados com hum successo quasi pasmoso, conseguindo pela muita experiência do paiz, e pela brava gente que o acompanha, reduzir o inimigo a hir buscar á Cidade até a propria agua para beber. A estas medidas devem grandemente a sua segurança os bons habitantes daquellas paragens, assim como os nossos postos.

Acontece agora que o dito Sargento-Mór Commandante dá ordem àquelle Official para se retirar com a sua gente, procedimento que tem causado um inteiro desgosto em toda aquella ilha, cuja população só em escravos há 8.000, que pode fornecer lenha, viveres e forragens, além de 600 cabeças de gado que tem em sí, e sobretudo reduzir a mais de 3.000 familias á pobreza horrorosa, pondo em grande risco as posições do Funil, S. Gonçalo, etc., e portanto todos os districtos de Jaguaribe e Maragogipe, villas que, nas circumstancias actuaes, devem ser mais guardadas que os outros do recôncavo, por serem o granel do povo delle, e os que o inimigo tem mais em vista, como verdadeiro lugar de fazer a guerra.

Não se duvida que a ilha de Itaparica, Exmo. Sr., no caso da chegada de mais tropas europeas, talvez deva ser desamparada, porém depois de ser devastada, e as nossas posições deste lado seguras com melhor e maior artilharia.

Fazemos esta participação a V. Exa. para levar ao conhecimento dos

Exmos. Srs. do Conselho Interino do Governo, para ordenarem que o dito Capitão Lima se conserve nas suas posições com a demais gente, visto que segundo o estylo militar, quando se desocupa o lugar que se tomou, é unicamente com um ataque de força superior, e que medidas contrarias trarão, nas circumstancias actuaes, desmaios e desesperações aos habitantes deste districto. Deos guarde a V. Exa. muitos annos. Nazareth, 19 de Setembro de 1822. — Ilmo. e Exmo. Sr. Francisco Gomes Brandão Montezuma, Secretário interino do Governo da Provincia. (aa) Francisco José de Araujo Franco, José Maria Costa Ferreira, Manoel do Nascimento Monteiro, João Francisco Medino.”³

Em 28 de setembro, o Capitão Souza Lima escreveu ao Conselho Interino do Governo dizendo do estado em que se encontrava a ilha, e, na noite de 30, do mesmo mês, mandou construir uma trincheira, na Ponta de Manguinhos, para defender aquele local dos ataques dos lusos, que estavam com suas lanchas de guerra perto dali. A 1º de outubro, Souza Lima iniciou uma série de ataques aos mesmos, o que tudo reportou ao Conselho Interino, no seguinte officio:

“Ilmos. Srs. — Em 28 do passado me dirigí a Vs. Exs. por hum Officio em o qual lhes manifestava o estado em que se achava esta ilha, offerecendo-se-me agora participar a Vs. Exas. que no dia 30 do passado Setembro resolvi fazer huma trincheira no lugar de Manguinhos, onde se achavam ainda fundeadas as canhoneiras interceptando a passagem das canoas do Mar Grande, e tinham ido até aquelle logar por degrãos, sendo sempre batidos com artilharia, de ponto a ponto; e com effeito no dia 30 tomei todas as providencias para fazer de noite uma trincheira sem que elles o sentissem, e que de facto se concluiu, e manhece o dia 1º de Outubro prompta e cavalgada uma boa peça, com que lhes fizemos fogo logo que amanheceo o dia, com a felicidade de empre-

garmos logo o segundo tiro na barca grande, que immediatamente levantou a vela, e poz muito ao largo, sem dar um só tiro, o que bem demonstra a impossibilidade em que achou de o fazer, pois que era de costume, ainda sem motivo, lançar muito fogo para a terra; duas pequenas ficaram sobre a vela, fazendo-nos alguns tiros, os quaes nos não offenderam, até que lhes fizemos um tiro que pegou o costado de uma, cujo estrondo socu em terra; encostou-se a outra a ella, e deram á vella e remos para o largo, e puzeram-se fóra do alcance da artilharia.

Á noite ainda se puzeram mais longe, e da cidade veio um barco que fundeou junto a ellas, e assim, como amanheceu o dia, todas se fizeram á vella, e nós por terra as acompanhamos até o logar das Mercês, que fica fronteiro á cidade, e dalli ficaram todas recolhidas, e assim livre a communicação com todo o Recôncavo.

Ficam montadas nas competentes carretas as seis peças de 12 que estavam na fortaleza, e forão desencravadas, assim como tres de 36, restando tão somente tres das de 36 que tem havido sua difficuldade no tirar as ballas de dentro; e também com a occupação de montar as outras não se tem trabalhado nisso seriamente, o que farei daqui em diante. Mandeí pedir ao Commandante da Encarnação 20 barris de pólvora dos que hiam para essa Villa, e não sei se me os mandará ou não; por isso, em caso de recusa daquelle tenho de os deprecar de Vs. Exas. que assáz me são necessários para municiar as peças.

Recebi pelo Capitão José Marcelino dos Santos 160 ballas, 2.000 cartuchos, 100 pedras de fogo, e algum papel para encartuxar, e pelo Alferes Manoel Pedreira de Souza 50 ballas e 10.000 cartuxos; porém as ballas pouco me servem, porque nenhuma tinha de 12, e poucas de 36, e por isso envio a Vs. Exas. a medida de diâmetro das peças que tenho cavalgadas, advertindo que das

de 12 quasi nenhuma balla tenho, e nem folha para fazer lanternêtas, que supplico a Vs. Exas m'a queirão mandar.

Ainda me aproveito desta occasião para protestar a Vs. Exas. em meu nome e das minhas forças, a firme adhesão e respeito que protestamos a Vs. Exas. como firmes columnas de que está pendente a obra da nossa regeneração. Deos guarde a Vs. Exas. por muitos annos. Quartel na Fortaleza de São Lourenço de Itaparica, 3 de Outubro de 1822. — Illmos. e Exmos. Srs. do Conselho Interino do Governo desta Provincia. (a) Antonio de Souza Lima, Commandante.”⁴

Em 12 de outubro, data do aniversário natalício de D. Pedro, foi ele aclamado, solenemente, pelos itaparicancs, na povoação da Ponta da Baleia, como Príncipe Regente e Defensor Perpétuo do Brasil, com desfile dos defensores da ilha, na *banda da Praia*, fazendo-se *luminarias*, na mesma povoação.

A esse tempo, já João Francisco de Oliveira, vulgo *João das Botas*, então 2º Tenente d'Armada Sota-Patrão, estava ao lado da causa da Independência, e, junto ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Tristão Pio dos Santos, Intendente do Arsenal de Marinha da Bahia, e adepto da mesma causa, aliciava elementos para a luta contra os lusos. E, no Arsenal, tinham os portugueses, no estaleiro, “uma linda fragata, de 50 portas, a Constituição, quase pronta a ser lançada ao mar”. João das Botas, com Pio dos Santos, intentou a destruição do navio, sendo, porém, denunciado pelo Mestre Construtor, que, também, havia sido convidado a tomar parte na trama. Sendo expedida ordem de prisão contra eles, enquanto Pio dos Santos conseguiu embarcar num brigue inglês para o Rio de Janeiro, onde chegou a 8 de novembro. João Francisco de Oliveira refugiou-se na Vila da Cachoeira.

A 13 de outubro, Itaparica sofreu novo ataque dos barcos portugueses, e

a batalha, então travada, é assim contada, ao Conselho Interino de Governo, pelo Capitão Souza Lima:

“Illmos. Srs. — No dia 12 do corrente, dia dos faustissimos annos de S.A.R. o Sr. Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Regente, Protector e Perpetuo Deffensor do Reino do Brasil, celebrou-se nesta matriz do SS. Sacramento da Ponta de Itaparica a sua fel'z acclamação, com aquella pompa que as circunstancias do tempo permittirão, fazendo rebentar lagrimas de alegria aos circumstantes por se verem attrahidos por um tão feliz motivo a um templo, que a tempo lhes estava interdicto por estar cercado das oppressoras baionetas inimigas.

Na vespera aqui tinha comparecido o meu Sargento-Mór para solemnizar com o resto do seu batalhão tão faustoso dia, e até hoje aqui se acha por ter sido obstado pelos motivos que vou ponderar a Vs. Exas., tendo infelizmente apparecido uma rivalidade entre a tropa estacionada nesta ilha e a do resto do batalhão, que nos ameaçava a cada passo rebentar a nossos pés a guerra civil; a tranquillidade e segurança publica que ahi tem sempre reinado, foi por mais de uma vez ameaçada; elle diz que se retira porque Vs. Exas. assim determinaram, porém sobre isso está indeciso.

No dia 13 do mesmo, pelas 11 horas, avistamos varias velas sahidas da cidade, e que seguiam a direção desta ilha; entre ellas um brigue, que depois reconhecemos ser o “Audaz”, a barca “Dez de Fevereiro”, 11 barcas canhoneiras, 3 lanchões a reboque do brigue, apinhados de povo, e tres a reboque da barca, mas sem gente. Mandeí logo tocar a rebate, reuni a gente, fazendo chegar a postos, colloquei uma peça que tirei da fortaleza em lugar que poderiam tentar o seu desembarque, animei a gente, e achei-a com disposição a mais varonil, e protestamos mutuamente que elles não poriam pé em terra, enquanto circulasse sangue nas veias de um soldado brasileiro. Fi-

zeram-se todos os necessários preparativos a esperar o inimigo com todo o sangue frio, e a approximação da esquadilha, longe de causar terror motivava alegria, e só havia receios de que algumas podessem romper por entre a fortaleza e a ponta de Guadalupe, por ali haver só uma peça, e essa má, e eu ignorar até hoje o estado em que ella se acha; porque tomou conta della o Cadete João Primo, e ainda me não participou se está ou não prompta.

Com effeito, o inimigo approximou-se em alguns lugares da costa (isto é, a barca "Dez de Fevereiro") a fazer fogo; e nos logares em que havião peças se lhe respondeu, e assim veio seguindo até ficar defronte desta fortaleza, porem muito encostada ao lado da ilha de Maré; dahi virou e veio ao logar da Gamelleira, onde esteve quasi a dar á costa, e talvez que pela indolencia do Commandante daquelle ponto se não verificasse o seu naufragio; no dia seguinte fez-nos nesse logar muito fogo, tanto ella como uma pequena, que se achava alli tambem; fizemos-lhe tres tiros de peça, e ella levantou ferro e seguiu para a cidade, onde já se tinham recolhido o brigue e mais canhoneiras, ficando duas, que ainda se conservão no meio do canal, ora velejando ora fundeadas.

Agora mesmo, que estou escrevendo, recebo a participação de que ahi torna a barca grande e tres canhoneiras que se dirigem a este lugar, e por isso omitto o mais que tenho a lembrar a Vs. Exas., o que farei juntando o resultado dessa força que vem.

Não tenho ballas de 12 ou 18, e poucas de 36, para o que rogo m'as enviem, havendo-as. Por me ver de alguma forma atacado pello Commandante daquelle ponto referido, altercando razões por se ver cúmplice, passei a prendel-o á ordem de Vs. Exas. Fortaleza de S. Lourenço de Itaparica, 15 de Outubro de 1822. — Illms. e Exmos. Srs. do Conselho Interino de Governo da

Provincia. — (a) Antonio de Souza Lima, Capitão."⁵

Já em novembro de 1822, o Capitão Souza Lima procurou reforçar, ainda mais, as defesas da ilha, e, por isso, enviou ao Secretário interino do Conselho o seguinte officio:

"Illmos. e Exmos. Srs. — Em virtude do Officio de V. Exa. em que me participa haver já feito ao Exmo. General em Chefe do Exercito ver a necessidade das armas que eu havia pedido a V. Exa., e como aqui appareceram noticias de que os inimigos se apresentavão a atacar esta ilha com quanta força e empenho lhes fosse possível, officiei eu mesmo ao Exm. General mostrando as circumstancias em que me achava, e por isso necessitava de armamento, para o que dirigi-lhe o Ajudante Francisco Manoel dos Santos Barretto, e alguns soldados, em o meu barco, para serem conduzidas as armas o quanto antes; em consequencia da minha exposição dirigiu-me o Exm. General, de duzentas armas que pedí somente cincoenta, e cento e quarenta para serem divididas em Bom Jesus, Maré e Madre de Deus, das quaes eu tirei quarenta pela espera em que estou dos inimigos, e ter muito pouca gente armada para os resistir em pontos separados, e assim mesmo resta-me muita gente por armar.

Faz-se indispensável maior numero de gente armada nesta ilha, pois estou certo que o inimigo não deixará de pôr agora em execução o que há tanto projecta, e é de atacar ao mesmo tempo todos os logares que favorece desembarque em toda a costa d'esta ilha, porque elles estão prestes a tocar a meta do desespero.

Fiz intimar, á ordem de V. Exma. o Major Daltro que a executou, e me remetteu o officio incluso para o Exmo. Conselho do Governo, o qual agora remetto. Não socego um só instante em cuidar na fortificação da defesa desta tão importante ilha. Todas as peças estão montadas e divididas por todos os pontos necessá-

rios, até duas que me vierão do Morro, cujos ouvidos, carretas e mais pertences foram feitos de novo. De-sejo que V. Exa. dê providencias para quanto antes vir mais gente armada para esta ilha, pois estamos quasi na decisão de nossos trabalhos. Deus guarde a V. Exa. muitos annos. Fortaleza de S. Lourenço em Itaparica, 9 de Novembro de 1822. — Illmo. Exm. Sr. Secretario Interino do Conselho de Governo da Provincia da Bahia, Miguel Calmon du Pin e Almeida. (a) Antonio de Souza Lima, Commandante de Itaparica. P.S. — Aqui chegou o Major Moraes mandado pelo Exm. General para encarregar-se da fortaleza e artilharia desta ilha.”⁶

Como vimos, anteriormente, o 2º Tenente João Francisco de Oliveira (vulgo *das Botas*), após descoberto o *complot* para a destruição da *Fragata Constituição*, em construção no Arsenal de Marinha da Cidade do Salvador, fugira para a Vila da Cachoeira. E, a 16 de novembro de 1822, deixava ele essa vila, dirigindo-se para Itaparica, a fim de assumir o comando das barcas, já preparadas, sob os auspícios do Conselho Interino de Governo, das quais, a primeira, artilhada com peça de calibre 12, com rodizio à proa, e guarnecida por 50 homens, dos quais 35 eram itaparicados, recebeu o nome de *Pedro I*.

Segundo Braz do Amaral⁷, João *das Botas* foi “quem fortificou a Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe para fechar o interior da baía e artilhou barcos com peças de vaivém dos engenhos, como rodizios”. E, ali mesmo, estabeleceu ele o seu quartel, bem como, um pequeno arsenal.

Aliás, dos ataques a Itaparica, vimos o que escreveu, ao Conselho Interino de Governo, o Comandante das defesas da orla marítima santamarense (Acupe, Saubára e Bom Jesus dos Pobres), o heróico padre Manoel José Gonçalves Pereira, Vigário da Freguezia de São Domingos da Saubára, do município da, então, “Vila de Nossa

Senhora da Purificação e Santo Amaro”⁸.

Em carta de 12/11/1822, ao Coronel Comandante de Santo Amaro, Gaspar de Araujo Azevêdo Gomes de Sá, mostra ele o aparecimento de 4 barcas inimigas e 1 escaler, entre Itaparica e a Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe, que fizeram fogo contra a parte direita daquela Ponta. Depois, na de 21/11/1822, comunica ao Conselho Interino estarem as barcas inimigas fundeadas fronteiras à barra do Rio Paraguaçu, impedindo a passagem da aludida barca. Noutra carta, de 25/11/1822, alerta ele o Conselho, de que as barcas lusas, naquela data, faziam fogo para a Ilha de Itaparica.

Entretanto, já em 19/11/1822, o Conselho Interino escrevia ao General Labatut, Comandante do Exército Pacificador, sobre os ataques dos portugueses aos vários pontos do Recôncavo, tais como, Itaparica, barra do Paraguaçu, e Costa da Saubára, o seguinte officio:

“Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. — O Conselho Interino de Governo desta Provincia acaba de receber os incluzos officios do Coronel Commandante de Jagoaripe, e Commandante do Reducto da Barra deste Rio, e Vigario da Saubára, dos quaes verá V. Exa. quaes tem sido os ataques dos inimigos em diversos pontos do reconcavo. Aquelle da Povoação da Estiva (assaltada, segundo julgamos, pela Costa denominada — Pontinha — que lhe fica duas Leguas a LE, e nove ao N. do Morro) hé assás importante por ser caminho para a outra Povoação de Nazareth, o mais consideravel Celeiro desta Provincia: e por isso o Conselho fez marchar neste instante em soccorro desta ultima Povoação, e da primeira se necessário for, o Capitão Moncorvo com vinte quatro soldados de Cavallaria, e alguns d’Infantaria e ordenanças: E estes da Barra e Saubára são as chaves da defeza desta Villa, e o serião da nossa communicação com Itaparica e Villa de São Francisco, se por ven-

tura ali tivessemos peças de grande calibre que impozerem ás Barcas inimigas. O Conselho participa a V. Exa. a par do que leva exposto, que por noticia dada pelo Major Costa Branco, e Capitão Manoel Joaquim, chegados da Bahia a Itaparica, consta que o infame Madeira distribuiu oitocentos marujos em pequenas flotilhas de Lanchœns e barcas para infestarem as Povoações maritimas: o que combinado com o acontecimento da Estiva, ataque em Itaparica, e Ponta da Barra e Saubára, dá-nos os mais vehementes indícios, se não provas, do plano do Bachá da Cidade. A falta de ballas em os sobreditos Pontos hé extrema, e constando ao Conselho que em Pirajá podem ser fundidas, rogo a V. Exa. que promova e favoreça com a maior efficacia e brevidade tão importante trabalho, para o qual pode applicar-se o ferro das taxas quebradas que ha nos Engenhos. E enquanto isto se não faz depreça o Conselho a V. Exa. que lhe remeta o maior numero de ballas de trez, seis, nove, doze e dezoito que pode dispensar. A penuria d'armamento hé como mais d'uma vez temos significado a V. Exa., o unico principio de fraqueza dos mesmos pontos, assim que sentindo o Conselho não haver ainda recebido as sessenta e quatro armas remetidas por V. Exa. depreça instantemente maior numero dellas para a guarnição dos Lugares ora expostos ao mais eminente perigo, e a vista do actual estado de couzas o Conselho espera toda a cooperação de V. Exa. que certo dará as providencias mais ajustadas á nossa Defesa. Deus guarde a V. Exa. Salla das Sessãoens na Villa da Caxoeira em 19 de Novembro de 1822. Illustrissimo e Excelentissimo Senhor General em Chefe do Exercito Pacificador. (a) Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Presidente — Miguel Calmon du Pin e Almeida, Secretario Interino — Antonio Jozé Duarte de Araujo Gondim — Manoel da Silva e Souza Coimbra — Manoel Jozé de Freitas — Manoel Gonçalves Maia Bittencourt

— Theodozio Dias de Castro — Jozé de Mello Varjão — Manoel dos Santos Silva — João Dantas dos Reis Portatil.”⁹

E, sobre a criação da flotilha, escreve o Secretário Interino do Conselho, o santamarense Miguel Calmon du Pin e Almeida (futuro Marquês de Abrantes), ao Capitão Antônio de Souza Lima, Comandante de Itaparica:

“O Conselho Interino de Governo, desejando armar alguns barcos para afugentar as canhoneiras que ora infestam as nossas costas, manda participar a V. Mercê que tem expedido ordens ao Capitão-Mór de Cairú e á Comissão de Valença, para remeter a essa povoação e entregar a V. Me. tres barcos de borda falsa capazes de sofrer artilharia; assim como que autoriza a V. Me. para apenas uma barca de um emigrado que se acha no Estaleiro dessa povoação para ser armada competentemente. E que para mais regular e mais breve promptificação dos sobreditos barcos, encarrega a sua armação e arranjos ao 2º Tenente da Marinha Nacional e Imperial João Francisco de Oliveira, com quem V. Me. se entenderá a respeito deste importante negocio, e a quem fornecerá os cabos, madeira, marinheiros, etc. que necessario forem. O que, de ordem do mesmo Conselho, participo a V. Me. para sua intelligencia e execução. Deus guarde a V. Me. Salla das Sessãoens na Cachoeira, 21 de Novembro de 1822. (a) Miguel Calmon du Pin e Almeida, Secretario interino — Sr. Comandante de Itaparica, Antonio de Souza Lima.”¹⁰

A partir daí, vários barcos foram preparados, com rapidez; pois, conforme Pedro Calmon¹¹, a 8 de dezembro de 1822, “um feito de valor raro iniciava o rosário de epopéias emocionantes, que é essa pequenina campanha naval de embarcações de pesca armadas de um falconete, orgulhosa de seu majestoso traquête, levando, aos arremessos ousados sobre o mar largo, meia duzia de homens tranqüilos e

primitivos, dispostos a morrerem pela Pátria querida”.

Exatamente nesse dia, foi que, no dizer de Pereira da Nóbrega, “os inimigos conheceram pela primeira vez que não era menor o valor, coragem e destreza dos itaparicanos no mar”. Devendo ser levados para Cotegipe os gêneros necessários às tropas, carregadas em 18 embarcações nacionais — barcas, lanchas e saveiros — João das Botas, com a sua Barca *Pedro 1º*, assume o compromisso de comboiá-los e protegê-los, tendo de enfrentar, ao menos, dois brigues e uma escuna¹², e duas grandes barcas portuguesas, postadas a barlavento, e mais oito canhoneiras que estavam a sotavento nas águas de Itaparica.

João das Botas, com a *Pedro 1º*, coloca-se entre as duas embarcações lusas, e, nelas atirando, faz com que fossem em sua perseguição, conseguindo, assim, as embarcações com o trem alcançarem seu destino sem sofrerem danos. Por essa façanha, foi ele cognominado de *Marinheiro da Independência*.

Por outro lado, Antônio de Souza Lima, com seus homens, sofriam fome, na fortaleza de São Lourenço, e, tanto assim é, que em 14 de dezembro de 1822, escrevera ele ao Conselho Interino:

“Illms. Srs. — Eu me vejo sacrificado no meio de uma guarnição de 1.000 homens, passando, como agora, seis dias sem ter que lhes dar de comer, e sendo elles precisos para o serviço de defesa da Pátria, são privados de todos os meios de buscarem a sua subsistencia, e nesta terrível desesperação, em que elles e eu nos vemos, não sei o que devo obrar; não sei, na verdade, como é possível impor leis militares a homens a quem falta todo o mantimento; elles clamam, e com razão, contra mim, que em todos os lugares se dá arratel e meio de carne a cada soldado, e que aqui apenas se lhes dá um, sem o auxilio de feijão, toucinho, arroz, como áquelles, e isto sempre tarde, e ás vezes nem is-

to; assim V. Exs. haja de dar as providencias que as circunstancias exigem, prescrevendo ao Inspetor das Munições de Bocca tempo certo em municiar-nos, e com numero sufficiente de gado e mais mantimentos para uma tropa que se tem feito, pelo seu comportamento, soffrimento e patriotico desvello, merecedora de todo o genero de soccorro.

Eu estou na verdadeira intelligencia de que o Exm. Governo há dados as providencias necessarias, e que talvez o Inspector, por não attender ter sido demasiado pequeno o gado que tem mandado, tenha dado logar a esta tão notavel falta. Deus guarde a V. Exa. Quartel de Itaparica, 14 de Dezembro de 1822. — Illm. e Exm. Sr. Secretario interino do Conselho Interino de Governo da Provincia da Bahia, Miguel Calmon du Pin e Almeida. (a) Antonio de Souza Lima, Sargento Mór Commandante”.¹³

Nesse interim, João das Botas, com a Barca *Pedro 1º*, continuava a hostilizar as barcas inimigas, que rondavam Itaparica. E, a 23 de dezembro de 1822, vaidoso com a vitória que alcançara no dia 8, “conhecendo a fortaleza e as qualidades náuticas do seu pequeno mas rijo barco a fibra e a dedicação, o valor e a galhardia dos seus 50 camaradas da tripulação”, saiu a provocar a esquadriha lusitana, fustigando-a, durante mais de três horas, e saindo incólume.

Dessa forma, terminou o ano de 1822, sem que o inimigo conseguisse grandes avanços no seu projeto de tomar a intrépida Ilha de Itaparica!

Em janeiro de 1823, os portugueses resolveram, a todo custo, e de uma vez por todas, conquistar a Ilha de Itaparica. E, para isso, prepararam uma grande esquadriha de barcas canhoneiras que, a 7 desse mês, iniciou o ataque. Em vista disso, tendo sabido de tal ataque, reporta o Conselho Interino ao General Labatut:

"Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. O Conselho Interino de Governo desta Provincia faz presente a V. Exa. que desde ontem até hoje tem sido atacada toda a ilha de Itaparica pelas Barcas inimigas em numero de vinte duas, inclusive dois Brigues e huma Escuna, porem ainda não sabe do seu resultado, limitando-se por isso somente a fazer esta participação a V. Exa. para sua intelligencia. Deos Guarde a V. Exa. Salla das Sessões na Villa da Caxoeira, 8 de Janeiro de 1823. — Illustrissimo e Excellentissimo Senhor General em Chefe do Exercito Pacificador. (Estavão as assignaturas dos Membros do Conselho Interino do Governo da Provincia)"¹⁴

Entretanto, na véspera, pela tarde, recebeu o Conselho notícias mais detalhadas sobre o ataque, pelo que, ainda em 8 de janeiro, dirigiu ao General Labatut este officio:

"Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. Em consequencia das participações que hontem tivemos do Commandante das Forças avançadas da Caxoeira o Sargento mor Antonio Maria da Silva Torres, que já fizemos presente a V. Exa., e igualmente a vista dos Officios que agora recebemos do Coronel Commandante da Força de Jaguaripe, e Nazareth, refferindo-se a hum Officio do Major Antonio de Souza Lima, cujo original nos remetteo, e finalmente pella informação que dão todas as pessoas que d'hontem para hoje tem chegado da costa fronteira a Itaparica pella sua parte meridional, conhece este Conselho que as intenções do inimigo não são outras senão attacar a ilha de Itaparica, e igualmente os pontos de defeza do Funil, Mutá, Encarnação (hoje Celheiro do Exercito), e a Ponta d'esta barra e costa do lado do sul da bacia do Reconcavo, afim de por esta forma não só poder ter um ponto de apoio no Reconcavo, no caso ultimo seguindo a marcha já tomada pellos Hollandezes em outros tempos, como encommodar o mais possível, e mesmo impedir de todo o transporte de

viveres, que deste lado, o mais fértil da Provincia, passam a esse, onde se acha reunido o Exercito, e n'isto muita vantagem ganham elles, pela impossibilidade que há em transportar por terra os viveres, não só pellas más estradas, do que se acha muito falta esta Provincia, e em geral todo o Brazil, como pelo miserrimo estado em que temos toda cavalgadura, bois e carros. Permitta V. Exa. que o Conselho faça esta observação, abrazeado como V. Exa. no amor da Santa Causa que por timbre, honra e gloria do Imperador deffendemos, com as vidas e as propriedades. Assim, rogamos a V. Exa. que, tomando muito em consideração a defeza de Itaparica e destes Pontos, mande já duzentos homens armados d'armas, e ballas de todos os calibres para as Artilharias, sendo a maior porção de seis, nove, doze e dezoito, para ser empregados nos pontos mencionados, que quasi nenhuma guarnição tem, nem munições, o que julga o Conselho se acabará no combate que dura d'hontem até hoje, sem ter para os soccorrer. D'aqui temos já mandado todo o armamento e gente, e só nos restam quarenta lazarinhas pouco boas, necessarias á manutenção da boa ordem, pois que não he facil nem prudente contar com todos os Europeos residentes nas Povoações, e mormente nesta Villa, não sendo igualmente prudente tiral-os d'ellas. Deos guarde a V. Exa. Salla das Sessões na Villa da Caxoeira, 8 de Janeiro de 1823. — Ilm. e Exm. Sr. General em Chefe do Exercito Pacificador. (a) Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Presidente — Miguel Calmon do Pin e Almeida, Secretaria interno".¹⁵

Sobre o combate iniciado no dia 7 de janeiro, Rio Branco, nas suas *Efemérides Brasileiras*, nos faz ciente de que uma esquadilha lusa, comandada pelo Capitão-de-Fragata Joaquim José da Cunha, tentou desembarcar na ilha, para tomar o forte de São Lourenço, então sob o comando do Major de Artilharia Luiz Corrêa de Moraes, estan-

do, no comando geral das tropas da ilha o Major Antônio de Souza Lima, e as trincheiras próximas.

Iniciado às 9, o fogo terminou às 18 horas; uma divisão entrou em combate com as trincheiras da Ponta das Amoreiras, Isidoro e São Pedro, e com o Forte de São Lourenço, enquanto outra travava luta, também, com o forte, com a Barca *D. Pedro 1º* (comandada pelo 2º Tenente João das Botas) e, ainda com a *Dona Leopoldina* (sob o comando do Sargento André Avelino Pereira), e mais as trincheiras de Quitanda, Mocambo, Alambique do Lima, Fonte da Bica, Engenho da Boa Vista, Porto Santo e Manguinhos.

Às 7 horas da manhã, as forças lusas fizeram um reconhecimento, aproximando-se da Fortaleza de São Lourenço, e, finalmente, às 9 horas, a esquadilha avançou em linha de batalha, seguindo as ordens do seu Comandante Geral, o Chefe-de-Divisão João Felix Pereira de Campos. E, dessa hora em diante, começou renhido fogo, respondido pelas baterias de terra, que arrefeceu ao meio dia, por parte dos heróicos defensores da ilha, pensando os portugueses ser aí a ocasião certa para o assalto às posições brasileiras. Entretanto, talvez por desconfiança no êxito do combate, o Comandante João Felix retornou à Cidade do Salvador, entregando o comando da esquadilha aos seus lugares-tenentes.

É digno de nota, ser a esquadilha brasileira formada apenas pelas duas Barcas *Pedro 1º* e *Dª Leopoldina*, e mais 10 baleeiras; assim mesmo, os portugueses, com uma mais numerosa, não conseguiram sequer, aproximar-se da praia.

Tendo os lusos atacado a trincheira do Maranhão, João das Botas, ajudado por seu Imediato, e, depois, 2º Tenente da Marinha, José Antônio Gonçalves, e pelo Tenente Alvelos, comandante da trincheira, repeliu os invasores, destroçando-os.

Diz Inácio Accioly (nas suas *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*) que “a barca portuguesa “Constituição” — mais conhecida por “Vovó” — foi

a primeira a separar-se das linhas, pelo grande destroço que sofreu do fogo da fortaleza de São Lourenço e da barca “Pedro 1º”, comandada pelo Tenente Botas”.

Os dias 8 e 9 de janeiro passaram-se em duras refregas e tentativas dos lusos de invadirem a ilha, sendo que, nesse último dia, resolveram eles, de uma vez, retornar ao Porto de Salvador, com inúmeras perdas.

Do lado itaparicano, o Oficial Francisco Xavier de Barros Galvão teve a sua mão decepada por um tiro de uma barca portuguesa.

Após a heróica batalha, o Major Antônio de Souza Lima foi nomeado Governador da ilha e promovido Tenente-Coronel, pelo General Labatut, e seus defensores receberam uma boa gratificação.

Tais lutas foram reportadas ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, pelo Conselho Interino, através do seguinte ofício:

“Nº 13 — Ilustríssimo e Exceletíssimo Senhor. O Conselho Interino de Governo da Província da Bahia aproveitando a demora do Portador dos Ofícios, que ora dirige a Vossa Excelência, tem a honra de participar a Vossa Excelência a satisfatória notícia do resultado do ataque feito pelos nossos bárbaros inimigos à Ilha de Itaparica nos dias 7 e 8 do corrente. Com a força de 39 Barcas Canhoneiras inclusive 2 Brigues, 1 Escuna e 1 Sumaca, além de inúmeros Lanchões de desembarque peçados de mais de 1.500 homens, segundo se calcula, atacou o infame Madeira a Povoação de Itaparica pelos dois flancos, que lhe oferecia à espécie de Cabo, em que está situação a Fortaleza, e Casas da mesma Povoação; e bem que a Guarnição da Ilha, composta dos nossos bravos Milicianos, e alguns Soldados de 1ª Linha, e constante de pouco mais de 700 homens, fosse por isso obrigada a dividir as suas forças, contudo depois de todo um dia (7 do corrente) de fogo conseguiu repelir completamente o inimigo, cuja perda foi grande, não

passando a nossa de 3 feridos, inclusive o valente Capitão Galvão, que perdeu a mão esquerda. E continuando na sua tentativa em a noite do dia 8, e ainda em o seguinte, e nada podendo alcançar, o inimigo retirou-se finalmente para a Cidade, deixando apenas as Barcas que dantes conservavam no cruzeiro da Ilha. Supõe-se que pretendem atacar de novo pelos preparativos que já fazem. Esta boa ação, e a que lhe precedeu no dia 29 do passado dezembro, em que o General atacou as Linhas da Cidade para inquietar o inimigo na ocasião mesmo em que jurava a Constituição de Portugal, e cujo resultado nos foi favorável, tem de algum modo enfraquecido o ânimo dos fardados Lobos, que já estariam acovardados em extremo, se não esperassem cada dia os 2 Batalhões, que de Lisboa partiram com o destino de ocuparem Angola, e Moçambique, devendo tocar a Bahia.

Deus Guarde a Vossa Exce!ência. Sala das Sessões na Vila da Cachoeira aos treze de janeiro do ano de mil e trezentos e vinte e três, Segundo da Independência e do Império. (a) Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Presidente — Miguel Calmon du Pin e Almeida, Secretário — Manuel da Silva e Sousa Coimbra — Manuel Gonçalves Maia Bittencourt — Manuel José de Freitas — Teodósio Dias de Castro — José de Melo Varjão — Francisco José de Miranda — Manuel dos Santos Silva. — Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor José Bonifácio de Andrada e Silva.”¹⁰

Em memória desse feito, o General Labatut ofereceu a Itaparica a primeira Bandeira Brasileira que foi içada, festivamente, na fortaleza de São Lourenço. Outra foi, igualmente, ofertada aos itaparicanos, pelo Conselho Interino de Governo.

Um reporte da luta foi feito pelo próprio General Labatut, em Ofício de 8/2/1823, ao então Ministro dos Negócios da Guerra, Coronel João Vieira de Carvalho, do qual transcrevemos o seguinte trecho:

“Participa a V. Exa. para levar á Augusta Presença do nosso amabilissimo Imperador, a completa derrota que soffreo a Marinha inimiga nos memoraveis dias 7, 8 e 9 de Janeiro passado, a qual se propunha a tomar decididamente a ilha de Itaparica, circumdada com 40 barcos e lanxas canhoneiras, além de 2 brigues de guerra, e tentou repetidas vezes desembarcar em varios pontos, com especialidade em Amoreiras; mas, graças ao intrepido Major Antonio de Souza Lima, commandante da ilha, e tropa que a deffende, que os reppelio com denodo e bizzaria nos 3 dias supramencionados. A perda dos vandalas luzitanos, segundo a ingenua confissão de muitos emigrados da Cidade, e cartas escriptas a parentes e amigos do Reconcavo, e mesmo pela disposição dos marinheiros e soldados desertores, montou a 500 e tantas praças de tropa e maruja — mortos e feridos; morrerão alguns Officiaes da Marinha, que commandavão barcas, duas das quaes foram metidas a pique pelos acertados tiros que contra ellas fez o intrepido 2º Tenente João Francisco de Oliveira (conhecido pelo nome de João das Bottas), commandante das nossas duas canhoneiras “Pedro 1º” e “Leopoldina”, ao qual Oliveira promovi ao posto de 1º Tenente da Marinha Brasileira. Igualmente, em nome de S. M. o Imperador promovi a Tenente-Coronel de 1ª Linha, governador de Itaparica, o bravo Major Lima, que tantas vezes tem malogrado os ataques dos Luzitanos, aos quaes, além de os destruir, põe sempre em desesperação, illuminando toda a ilha e dando salvas de alegria, depois dos combates, zombando, com estes procedimentos, de seus inuteis esforços. Os Luzitanos seguem os planos dos Batavos que, tomando outr’ora Itaparica, tantos danos causarão ao Reconcavo da Bahia; mas, em quanto existir Lima e a brava tropa do seo commando, ha de ser custosa a tomada da ilha. Apenas soube das gloriosas acções dos Itaparicanos, os animei, premiando, como disse, os commandantes de

terra e mar, e mais alguns Officiaes que se distinguirão nos 3 ataques, como também lhes mandei uma proclamação de S. M. em que dizia: — Rodeados de vossas esposas e filhos, vos direis um dia: “Eu também, com D. Pedro I fui salvador da Pátria.” Nesta mesma ocasião foi outra proclamação minha, que remetto copia, e uma bandeira nacional, com que muito exultarão, e mandei ao Governador 1:000\$000 réis para repartir pela tropa... (a) Labatut, General.”¹⁷

* * *

Até essa data, a flotilha de João das Botas se compunha, como verificamos, de 2 barcas canhoneiras e mais outras embarcações menores.

E, como já lemos em officios acima transcritos, Madeira de Melo planejava, por inconformado, novo ataque a Itaparica, o qual efetivamente executado, posteriormente, foi, no entanto, frustrado pela presença do assim chamado *bloqueio do Rio*, que fechara a Baía de Todos os Santos, e ali chegara, em 21 de agosto de 1823, sob o comando do Chefe-de-Divisão De Lamare.

Quanto à flotilha, já em 22 de abril, o Conselho Interino de Governo julgava conveniente confirmar a nomeação do Tenente José de Sousa Castro para comandar uma força marítima reunida na Ilha de Itaparica, nomeando-o, ainda, comandante da Barca *Dona Januária*; e, dois dias depois, a 24 de abril, nomeava comandante da Barca *Maria da Glória* o 1º Piloto Manoel Pereira da Silva.

Posteriormente, outras barcas passaram a integrar a flotilha. Mas, antes de tudo, devemos dizer que a Barca *Dona Leopoldina* tinha uma tripulação de 68 homens, sendo 46 itaparicanos; a *Dona Januária* possuía 67, sendo 40 da ilha; e a *Maria da Glória*, 50 homens, sendo 42 da ilha. As demais foram: a *25 de Junho*, com 88 homens (60 itaparicanos), a *Dona Paula Mariana*, com 62 homens (50 de Itaparica), a *Vila de São Francisco*, com 55 homens (30 da ilha), a *Preza*, com

70 homens (50 da ilha), a escuna *Cachoeira*, com 109 homens (70 da ilha), e várias baleeiras e bombardeiras, tripuladas, estas, por 51 homens, todos itaparicanos.

No que toca à Barca *Vila de São Francisco*, construída e armada sob a responsabilidade dos sanfranciscanos, há, do Conselho Interino, o seguinte officio:

“Para o Coronel Bento d’Araujo Lopes Villas Boas. — Foi presente ao Conselho Interino de Governo o officio que V. S. lhe dirigiu em data de 30 de janeiro passado, e ficando certo em lhe mandar o papel. Ordena a V. S. que em quanto ao Oficial de Marinha para commandar o Barco que se está ali armando, apresentado pelo Exmo. Sr. General que lhe não dê V. S. o Commando, sem que elle se apresente a este Conselho, e delle tenha a competente nomeação. Salla das Sessões na Villa da Caxoeira, 2 de Fevereiro de 1823. (a) Miguel Calmon du Pin e Almeida, Secretario interino.”¹⁸

Foi o Barco *Vila de São Francisco* artilhado pelo Mestre Claudio de Santa Rita com uma peça de calibre 18, em rodízio à proa.

Para formar a tripulação da flotilha, o Conselho Interino de Governo fez publicar e distribuir, o seguinte:

“B A N D O

O Conselho Interino de Governo da Provincia da Bahia, Faz publico que não convindo poupar um meio só de constituir irresistivel e na maior guarnição esta Provincia ameaçada por mar e terra das armas fraticidas de Portugal ambicioso e tirano, e igualmente da maior consideração depois de organizar o Exercito que em terra vai rechassando o inimigo para de um golpe restaurar a malfadada Capital ainda vítima da sanha e prepotência do primeiro Monstro Lusitano, que passe o Conselho a organizar a Força marítima que de acordo com o Bloqueio

que Sulca já impávido os mares desta Província, deve na Costa e na baía do Recôncavo abrigar o nosso Comércio, e repelir com a maior derrota a sua flotilha com que o inimigo pensa incomodar-nos: Portanto, o Conselho mais do que certo do exaltado Patriotismo que abraça todo o Coração Brasileiro por um lado ameaçado dos ferros infames da Recolonização e por outro lado tendo em frente a Independência e a Liberdade, Manda por este Bando convidar a todos os Cidadãos que quiserem servir na Marinha desta Província, apresentem-se nesta Vila ao Capitão do Pôrto José Carlos de Almeida, e em Itaparica ao Comandante Geral da Flotilha da mesma, o Senhor Tenente João Francisco de Oliveira, que estão encarregados de fazer tais alistamentos. Declarando outrossim o Conselho que vencerão logo depois dos seus alistamentos oito mil réis por mês, recebendo cinco mil réis e ficando o mais debitado á Fazenda Nacional desta Província, para ser pago em tempo competente, e logo que melhorarem as circunstâncias. E para que a todos conste se publicará por Bando na forma do estilo. Dado sob o Selo das Armas Imperiais e assinado pelos Membros do Conselho, Manuel da Silva Baraúna o fez na Vila da Cachoeira aos quatorze dias de março de mil oitocentos e vinte e três, segundo da Independência e do Império. O Oficial Maior José Albino Pereira o fez escrever.”¹⁹

Tais providências foram comunicadas ao Ministro José Bonifácio de Andrada por Ofício de 16/4/1823 do Conselho Interino, constando do seguinte trecho:

“Tentando o inimigo cortar a comunicação por mar do recôncavo do Sul com o do Norte, onde se acha o Exército, procurando dificultar ali a abastança dos víveres, principalmente de farinhas, que em grande porção se plantam no daquém: considerou o Conselho de importância equipar uma flotilha de barcos, que têm sido já comprados, já doados. Esta flotilha tem de alguma forma

aterrado o inimigo; e para mais aumentá-la, o Conselho fez publicar o Bando cópia nº 15 pelo qual convida os Cidadãos a sentarem ali praça de marinha, com o soldo ali mesmo exarado. Outra consideração levou o Conselho a obrar assim, e veio a ser, desenvolver a coragem brasileira naquêle gênero de guerra, e prepará-la a entrar na grande Esquadra, que tem de fechar os mares do Sul da Equinocial dados pela Providência ao Rico Império da Terra Santa Cruz. E se não fôra a falta de petrechos navais e mais gêneros próprios ao aparelho das Embarcações, hoje teríamos já uma força não pequena.”²⁰

Outra ação contra os lusos, foi a efetuada por João das Botas, em 30 de abril de 1823. Nela, estando ele protegendo quatro barcos, que iam para Cotegipe levando munições de guerra e boca, e reforços vindos das Vilas de Boipeba e Valença, foi o comboio acometido por uma escuna e oito canhoneiras inimigas; estas, entretanto, sofreram cerrado fogo das Barcas *Vila de São Francisco*, *Pedro Iº*, *D. Leopoldina* e *25 de Junho* (na qual estava o 1º Tenente João das Botas), das 13 às 20 horas. Nesse combate, os lusos perderam duas canhoneiras, fugindo as demais embarcações.

A 24 de abril de 1823, chega à Baía de Todos os Santos a Esquadra, enviada pelo governo imperial, sob o comando do Primeiro Almirante Lorde Alexander Thomas Cochrane, que saíra do Rio de Janeiro em 1º do mesmo mês. Tal acontecimento faz com que Madeira de Melo desista de nova invasão da Ilha de Itaparica, embora continue ele a mandar hostilizar a orla marítima do Recôncavo e as ilhas.

Logo chegada a Esquadra, o Conselho Interino de Governo toma as providências iniciais, para prover a sua manutenção; e, assim, é que baixa, de imediato, a seguinte:

“C I R C U L A R.

Havendo chegado felizmente à Barra da Bahia a Esquadra de Sua

Majestade Imperial Comandada pelo Primeiro Almirante Lord Cochrane, que se vem unir às nossas Forças, e auxiliar o nosso Exército para repelir da Cidade as Tropas Lusitanas que a oprimem, e sendo necessário agora mais do que nunca que os nossos Concidadãos acrisolando ainda mais o seu Patriotismo em socorro da Pátria, e consumação da grande obra da Independência Política do Brasil se esforcem à prestação de quanto convém para manutenção e fornecimento da referida Esquadra, o Conselho Interino do Governo desta Província encarrega a José Joaquim Muniz e a José Maria de Pina e Melo, não só de promoverem na Vila de São Francisco com a maior eficácia, energia, e brevidade, possível um Donativo de creações em grosso e miúdo, como sejam de Capados, Leitões, Carneiros, galinhas e frangos, como de fazerem depósito nos seus Engenhos de tudo que arrecadarem, e do que lhes foi enviado por outras pessoas encarregadas de semelhante diligência, para dos ditos depósitos fazerem as competentes remessas quando lhes fôr ordenado, para fornecimento da referida Esquadra, devendo de quinze em quinze dias enviarem pela Secretaria do Governo uma Relação de tudo quanto receberem com individuação das quantidades, espécies, qualidades, e nomes dos Oferentes, para que mandando se fazer publico pela Imprensa conste à Nação, e ao Imperador quais foram os que se distinguiram com a prestação de seus Donativos em momento tão difícil. O mesmo Conselho confia do zelo, atividade e Patriotismo dos sobreditos encarregados desta diligência que a promoveram como cumpre a bem do Serviço Publico.

Sala das Sessões na Vila da Cachoeira aos vinte e oito de Abril de mil oitocentos e vinte e três, segundo da Independência e do Império. (Assinados os Membros do Conselho interino).²¹

Outro ato, provê um empréstimo público, para a despesa com o Exército e Esquadra, no seguinte teor:

“P O R T A R I A.

Sendo urgente e notória a falta de fundos publicos, e dinheiros provenientes das rendas Nacionais, no momento que vão pesar sobre o Tesouro Provincial, as extraordinárias despesas da recém-chegada Esquadra Nacional e Imperial comandada pelo Excelentissimo Almirante Lord Cochrane, além da ordinária e crescente despesa de um Exército já numeroso. E cumprindo lançar-se mão de um meio proficuo e compatível com o sistema Político e Financeiro do Império, qual seja a abertura de um Empréstimo, que oferecendo por uma parte prêmio e segurança aos beneméritos Cidadãos que o contratarem, assegure por outra parte a verdadeira aplicação das somas emprestadas: Em presença destes motivos, e prevalecendo-se das faculdades outorgadas pelo Decreto do primeiro de agosto, o Conselho Interino de Governo desta Província, em Nome de Sua Majestade o Imperador, há por bem ordenar que na Junta da Fazenda Publica se estabeleça uma Caixa separada para arrecadação de um Empréstimo Publico contraído em ações de cem mil réis, com o prêmio de meio por cento ao mês. Para o Conselho também em Nome do Mesmo Augusto Senhor e da Pátria aflita, e oprimida, convida a todos os Nacionais e Estrangeiros residentes nesta Província, a que entrem para a mencionada Caixa com as Ações, que puderem dispensar de suas próprias despesas, assegurando-lhes que fará publico por meio da Imprensa os seus nomes, para que a Nação e o Imperador, a cuja Presença serão levados, conheçam os filhos beneméritos, e Leais Súditos, e amigos do Brasil que nesta crise concorreram com os seus bens para a Salvação da Bahia.

Sala das Sessões na Vila da Cachoeira aos vinte e nove de abril de mil oitocentos e vinte e três, segun-

do da Independência e do Império. (Assinados os Membros do Conselho Interino da Província).”²²

No dia seguinte, o Conselho Interino fazia ao povo a seguinte Proclamação:

“O Conselho Interino de Governo da Província da Bahia

Aos seus Habitantes.

BAIANOS! O Deus da Justiça, que preside ao andamento da Causa da Independência e do Império Brasileiro, tem Decretado a salvação da sitiada e infeliz Bahia. Órgão da Eterna verdade o Nosso Augusto Imperador Pedro I o Grande, assim nô-lo intima; e assim nô-lo prometem as Virtudes Políticas do Ministério Imperial, a Energia, Atividade, Prudência e Sabedoria, que Ele há desenvolvido em todas as fases da Regeneração do Brasil. Filha destas Virtudes, e da Paternal solicitude do nosso Magnânimo Defensor, acaba de surgir nas aguas da Bahia a Esquadra Nacional Imperial, destinada a cicatrizar nossas feridas, e a despedaçar as enfraquecidas Cadeias, que o orgulho e só o orgulho Portuguezes pretendia lançar nos incautos pulsos dos briosos descendentes de Camurú. Lord Cochrane, um dos Conquistadores dos Loiros, que enramam o Cetro e o Tridente da gloriosa Albion, um dos Guerreiros que há pugnado no Campo de Nelson pela Independência da América Austral, é o Comandante daquela Esquadra, e o Precursor do Triunfo da malfadada Província da Bahia. Não hesiteis Bahianos em aceder à veracidade do que ora vos afiança o Conselho Interino de Governo. Às operações Navais, combinadas com as do brioso, patriótico e bravo Exército Pacificador: os Excellentíssimos Cochrane e Labatut, de mãos dadas, animados ambos pelo amor da Glória, e possuídos de Valor e Prudência, vão decidir gloriosamente em mui curto período de tempo a porfiosa lide, que nos armara os braços. É estes, Bahianos, é este o momento em que se faz de mistér o emprego de nossas vidas e bens, pa-

ra de um golpe derribarmos a Árvore Colonial, que as pérfidas e demagógicas Cortes de Lisboa desejavam que vegetasse entre nós, para assombrar e esterilizar nosso fecundo Solo. O Conselho Interino tem já tomado enérgicas medidas, para que não falem os recursos pecuniários, víveres, e outros misteres aos bravos Filhos de Marte, que por mar e por terra insultam a morte, e arrostam as inimigas Falanges dos novos Canibais, desses monstros que em vão se medem com o Brio, e Coragem dos habitantes do Equador. Da vossa cooperação pronta e certa, depende a eficácia, Bahianos, daquelas medidas. Na Guaíba, em Nazaré e nesta Vila Capital acham-se estabelecidos Depósitos de víveres para a Esquadra e Exército: correi para eles, depositai alí quanto puderdes dispensar do vosso próprio consumo. Uma Caixa separada, e colocada na Junta da Fazenda Publica, recebe a prêmio de 6 por 100 um empréstimo em ações de 100\$ réis; recolhei nela o dinheiro que tiverdes amortizado. Bahianos, o Conselho não duvida declarar-vos segunda vez; é chegado o momento em que cumpre e urge defender com esforço nossa cara Pátria; ela o exige, é quanto basta, a Causa é vossa, sustentai-a. Mas o Conselho vos declara também que quem conhece a crise da moléstia da Pátria, e lhe não aplica o remédio consentâneo e heróico, é assassino da mesma Pátria, e réu das penas que a Natureza e a Cidade tem estatuído e fulminado contra os Parricidas. Demos fim, Bahianos, demos fim à sagrada luta, que os nossos Atletas no Campo da Glória, e todos nós havemos travado, com os implacáveis inimigos da Nação Brasileira. Viva o Imperador, Viva a Assembléia Geral Legislativa e Constituinte, Vivam os Defensores da Bahia.

Sala das Sessões na Vila da Cachoeira, 30 de Abril de 1823, Segundo da Independência e do Império.

(aa) Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Presidente — Miguel Calmon du Pin e Almeida,

Secretário — Manuel da Silva Carahy — Manuel Dendê Bus — Teodósio Dias de Castro — Simão Gomes Ferreira Veloso — Francisco Ayres de Almeida Freitas.”²³

E, para manutenção dos navios da Esquadra, com os materiais de que viesse a necessitar, mandou o Conselho Interino a Pedro Gomes, proprietário de uma cordoaria, na Ilha de Maré, o seguinte ofício:

“Sendo felizmente chegado às nossas Praias a Esquadra Nacional e Imperial destinada a salvar a opressa Capital da Bahia, e comandada pelo Excelentíssimo Almirante Lord Cochrane: E convindo preparar de antemão quaisquer aprestos e misteres de que a mesma Esquadra, ora sujeita à sorte dos Combates possa carecer: Ordena o Conselho Interino de Governo ao Administrador interino dos Cortes Nacionais Pedro Gomes, que tenha prestes, para uso da sobredita Esquadra, Vergas, Mastaréis, e todas as outras madeiras que servem, debaixo do nome de Antenas, e bem assim todo o aparelho que lhe fôra encomendado pela Ribeira da Bahia para a matreção da Fragata nova, atualmente incorporada à Esquadra inimiga: de maneira que, à ordem do Excelentíssimo Almirante, a quem se comunica esta Providência, se forneça prontamente a qualquer vaso da nossa Esquadra a madeira que lhe fôr necessária. O que cumpra, dando parte pela Secretaria do Conselho não só do recebimento desta, senão do que fizer em observância dela.

Sala das Sessões na Vila da Cachoeira, aos doze de maio de mil oitocentos e vinte e três, segundo da Independência e do Império. (Assinados os Membros do Conselho Interino de Governo da Província).”²⁴

Tais providências foram comunicadas ao Ministro José Bonifácio, através Ofício de 28 de maio de 1823, no qual faz ciente, ao mesmo da prisão

do General Labatut, conforme consta do seguinte trecho:

“Cumpre agora ao Conselho Interino participar a Vossa Excelência que o Exército pacificador acaba de prender à Ordem do Imperador ao General Labatut, pelas razões ponderadas nos Termos, que em Conselho Militar, fizeram as diferentes Brigadas do mesmo Exército, os quais devem de subir ao Alto Conhecimento de Sua Majestade Imperial pela respectiva Secretaria de Estado; por onde conhecerá também Vossa Excelência qual fora em tão melindrosa crise a conduta deste Conselho, a cujo alcance não esteve, nem o prevenir por sua officiosa mediação aquele acontecimento, operado em breves instantes a 30 léguas de distância da Sede do mesmo Conselho, nem tampouco o restituir o preso General a seu Posto. E porquanto não devesse omitir-se meio algum tendente ao conhecimento exato da verdade dos fatos que produziram aquele acontecimento no Exército, e o mais que ocorrera por ocasião dele a fim de que Sua Majestade Imperial seja plenamente informado; mandou o Conselho pela Portaria n. 17 proceder a uma Devassa; assim como mandou pela Portaria n. 18, executar a outra que em janeiro passado expedira para se devassar sobre a invenção do Tesouro dos Teixeira Barbosa...”²⁵

Por força de sua prisão, foi Labatut substituído, no comando do Exército Pacificador, pelo Coronel Joaquim de Lima e Silva, Comandante do Batalhão do Imperador (depois Brigadeiro e Visconde de Magé).

* * *

A 22 de maio de 1823, em Olaria, duro combate naval ocorreu, conforme Rio Branco (op. cit.), “entre três canhoneiras da flotilha de Itaparica ao mando de João “das Botas”, e sete canhoneiras portuguesas”. A ação durou das 14 às 17 horas, retirando-se os adversários com a perda de uma

canhoneira, de cinco peças tomada pela 25 de Junho, na qual tinha a sua insígnia o Comandante João das Botas. Os outros barcos brasileiros, que neste combate tomaram parte, foram: o *Vila de São Francisco* (comandado por Fortunato Alvares de Souza), e a *Dona Januária* (do comando de Filipe Alvares dos Santos).

O Almirante Lorde Cochrane promoveu, então, o 1º Tenente João Francisco de Oliveira (*das Botas*) ao posto de Capitão-Tenente da Marinha Brasileira, e deu mil pesos fortes, para serem distribuídos às guarnições dos três navios.

Entretanto, apesar da chegada da Esquadra Imperial, a flotilha de João das Botas continuou a pelejar contra os lusitanos, não conseguindo estes mas, apesar dos inauditos esforços, tomar a Ilha de Itaparica, cuja sede, povoação de São Lourenço (antes Ponta da Baleia), devido à brilhante e heróica participação nas lutas da Independência, foi elevada à categoria de Vila, e criado o Município, com o nome de *Denodada Vila de Itaparica*, pelo Decreto da Regência, datado de 13 de novembro de 1832, sendo sua instalação, a 4 de agosto de 1833.

E, sobre Itaparica e a criação da flotilha de cachoeiras, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Secretário do Conselho Interino, a 18 de junho de 1823, no seu "Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino...", assim se manifesta:

"Não foi menos solícito o Conselho Interino em crear, augmentar e sustentar uma Flotilha de Canhoneiras no vantajoso Porto de Itaparica. A ruínosa e afflictiva guerra, que nos movia o infame Madeira, por meio de Barcas ligeiras, postadas em os diferentes canaes do nosso mar interior, cortando assim a comunicação entre as Villas, como (o que mais que tudo nos dava pennas e gravíssimos incommodos) o transportes dos viveres para o Exercito; aquella guerra, dizíamos, mostrou a necessidade de uma For-

ça marítima, que affrontasse e repellisse a inimiga. A armação do Barco — Pedro Primeiro — por um distincto Patriota deu origem áquella Força, que hoje consta de oito Barcas, a saber, a mencionada — Pedro Primeiro — Leopoldina, Maria da Glória, Januária, Paula Marianna, São Francisco, Cachoeira e Vinte e Cinco de Junho — as quaes montam 19 peças de differentes calibres, e occupam 373 praças, entre soldados e marinheiros. Mil benções sejam dadas a esta Flotilha! Sua utilidade, sobre rápida e potente, ha sido transcendental. Desde o primeiro até o ultimo cidadão do Recncavo, productores e consummadores, proprietarios e proletarios, ricos e pobres, todos em geral hemos saboreado os bens que ella nos ha prodigalizado pela franqueza do tracto por mar. Uma só Canhoneira do inimigo acobardado já não ousa ultrapassar as pontas de Guadalupe e Manguinhos, que são hoje para os Luzitanos, que foram para os primeiros Nautas do Mediterraneo as Columnas de Hercules. Os soldos e etape desta Força absorveram no mez d'Abril penultimo (não entrando na folha as Bascas Cachoeira, que se achava em concerto, e Paula Mariana, que sendo a mais veleira Barca inimiga, foi apresada pela nossa Flotilha no dia 22 de Maio ultimo), a quantia de 794\$200 em dinheiro, 424 arrobas de carne verde, e 229 1/2 alqueires de farinha. Os jornaes do respectivo Arsenal importaram no mesmo mez 272\$070. A despesa subsequente deve ser maior, não só pelo crescimento presente da Força, senão pelo futuro augmento, que promette. E com quanto seja difficil sustental-a commodamente nas actuaes circumstancias, recommendamos que, ainda á custa de sacrificio, ella seja protegida e favoneada pelo Governo da Provincia, pois que, além da sua utilidade no momento d'agora, vemos na mesma Flotilha um pequeno viveiro e escola de summa vantagem no porvir."

NOTAS

- 1) ITAPARICA nas lutas da Independência. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 2 jul. 1923. Edição Especial.
- 2) MELO MORAES. Brasil Reino e Brasil Império.
- 3) CORRESPONDENCIA do Conselho Inter-no. *Arquivo do Estado da Bahia*.
- 4) CORRESPONDENCIA... cit.
- 5) CORRESPONDENCIA... cit.
- 6) CORRESPONDENCIA... cit.
- 7) HISTÓRIA da Independência na Bahia. *Ed. da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*.
- 8) PEDREIRA, Pedro Tomás. A Orla Marítima do Recôncavo e a Campanha da Independência na Bahia. *Navigator*, (10): 29-43, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1974.
- 9) ANAIS do Arquivo do Estado da Bahia, Salvador, 41, 1973.
- 10) CORRESPONDENCIA... cit.
- 11) HISTÓRIA da Bahia.
- 12) ERAM ELES: Os Brigues Audar e Promptidão, e a Escuna Emilia.
- 13) CORRESPONDENCIA... cit.
- 14) ANAIS do Arquivo... cit.
- 15) ANAIS do Arquivo... cit.
- 16) A JUNTA Governativa da Bahia e a Independência. Rio de Janeiro, Ed. do Arquivo Nacional, 1973.
- 17) ARQUIVO do Estado da Bahia. Vide documentos.
- 18) ARQUIVO do Estado da Bahia. Vide documentos.
- 19) A JUNTA Governativa... cit.
- 20) A JUNTA Governativa... cit.
- 21) A JUNTA Governativa... cit.
- 22) A JUNTA Governativa... cit.
- 23) A JUNTA Governativa... cit.
- 24) A JUNTA Governativa... cit.
- 25) A JUNTA Governativa... cit.

